



Comunicado de imprensa

Luxemburgo, 15 de dezembro de 2015

É necessário que os diferentes mercados da energia da UE trabalhem em conjunto, afirmam os auditores

De acordo com um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu, a UE enfrenta ainda o desafio significativo de conseguir que o atual mosaico de mercados da energia locais, nacionais e regionais funcione em conjunto para desenvolver o mercado interno da energia. Em termos globais, as infraestruturas energéticas na Europa ainda não estão concebidas para mercados plenamente integrados, afirmam os auditores, pelo que não proporcionam atualmente uma segurança eficaz do aprovisionamento energético. A ajuda financeira do orçamento da UE no domínio das infraestruturas energéticas contribuiu apenas de forma limitada para o mercado interno da energia e a segurança do aprovisionamento energético.

O mercado interno da energia deveria permitir a livre circulação e o comércio do gás e da eletricidade em todo o território da UE. O orçamento da UE disponibilizou um financiamento de 3,7 mil milhões de euros para as infraestruturas energéticas entre 2007 e 2013, estando previstos mais 7,4 mil milhões de euros entre 2014 e 2020.

Porém, o relatório salienta que não foi alcançado o objetivo da UE de realizar o mercado interno da energia até 2014. Há ainda um longo caminho a percorrer antes de o terceiro pacote energético ser plenamente executado. As infraestruturas energéticas na Europa não estão concebidas para mercados integrados, pelo que não garantem uma segurança eficaz do aprovisionamento energético, afirmam os auditores, que examinaram casos de estudo em seis Estados-Membros (Bulgária, Estónia, Lituânia, Polónia, Espanha e Suécia). Os auditores verificaram diferenças significativas na forma como os Estados-Membros organizam os seus mercados da energia, que podem impedir um maior desenvolvimento do mercado da energia da UE, tendo concluído que a ajuda financeira do orçamento da UE contribuiu apenas de forma limitada.

"Num mundo pleno de incertezas, a segurança do aprovisionamento energético é essencial para a Europa", afirmou Phil Wynn Owen, o Membro do Tribunal de Contas responsável pelo relatório. "Para a concretizar, devemos concluir o mercado interno da energia e partilhar a energia de que já dispomos."

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral encontra-se em www.eca.europa.eu.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 621 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de Imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

[@EUAuditorsECA](https://twitter.com/EUAuditorsECA)

eca.europa.eu

No relatório afirma-se que os fluxos de energia transfronteiriços exigem uma maior cooperação entre países vizinhos. Por conseguinte, a Comissão Europeia deve identificar as infraestruturas energéticas na UE que não são ativamente utilizadas e colaborar com os Estados-Membros para eliminar barreiras à sua utilização no mercado interno da energia. Além disso, a Comissão deve ponderar novas formas de disponibilizar energia proveniente de um Estado-Membro aos clientes de outro Estado-Membro, por exemplo, desenvolvendo operadores de infraestruturas regionais.

Uma vez que os regulamentos sobre o mercado interno da energia não foram plenamente aplicados, os auditores recomendam que a Comissão deve instaurar, até ao final de 2016, os procedimentos de infração contra Estados-Membros que sejam necessários

Por último, o atual financiamento das infraestruturas energéticas não tem como principal objetivo o mercado interno da energia. A Comissão deve elaborar propostas legislativas sobre a forma de subordinar as suas decisões de seleção de projetos de infraestruturas energéticas para financiamento ao correto e contínuo funcionamento do mercado de energia nos Estados-Membros.

Notas aos diretores das publicações

O Relatório Especial nº 16/2015 "*Melhoria da segurança do aprovisionamento energético através do desenvolvimento do mercado interno da energia: são necessários mais esforços*" está disponível em inglês, francês e alemão (brevemente também noutras línguas).

Os relatórios especiais do Tribunal apresentam os resultados das auditorias de resultados e de conformidade sobre domínios orçamentais ou temas de gestão específicos. O Tribunal seleciona e concebe estas tarefas de auditoria de forma a obter o máximo impacto, tendo em consideração os riscos relativos aos resultados ou à conformidade, o nível de receita ou de despesa envolvido, os desenvolvimentos futuros e o interesse político e público.